



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Comissão do Desenvolvimento Regional

2009/2234(INI)

1.3.2010

PROJECTO DE RELATÓRIO

sobre a contribuição da Política regional da UE para a luta contra a crise financeira e económica, com especial referência ao Objectivo 2 (2009/2234(INI))

Comissão do Desenvolvimento Regional

Relatora: Rodi Kratsa-Tsagaropoulou

ÍNDICE

	Página
PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU.....	3
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS.....	7

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU

sobre a contribuição da Política regional da UE para a luta contra a crise financeira e económica, com especial referência ao Objectivo 2 (2009/2234(INI))

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta o documento de trabalho da Comissão intitulado "Consulta sobre a futura estratégia «UE 2020»" (COM(2009)0647),
- Tendo em conta o Sexto Relatório Intercalar sobre a Coesão Económica e Social (COM(2009)0295),
- Tendo em conta a Comunicação da Comissão intitulada "Impulsionar a economia europeia" (COM(2009)0114),
- Tendo em conta a comunicação da Comissão intitulada "Política de coesão: investir na economia real" (COM(2008)0876),
- Tendo em conta a comunicação da Comissão intitulada "Novas Competências para Novos Empregos" (COM(2008)0868),
- Tendo em conta a comunicação da Comissão intitulada "Plano de relançamento da economia europeia" (COM(2008)0800),
- Tendo em conta a comunicação da Comissão intitulada "Da crise financeira à retoma: Um quadro de acção europeu" (COM(2008)0706),
- Tendo em conta a Recomendação do Conselho relativa à actualização de 2009 das Orientações Gerais para as Políticas Económicas dos Estados-Membros e da Comunidade e à aplicação das políticas de emprego dos Estados Membros (COM(2009)0034),
- Tendo em conta os relatórios nacionais de estratégia dos Estados-Membros para 2009,
- Tendo em conta o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de Julho de 2006, que estabelece disposições gerais sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, o Fundo Social Europeu e o Fundo de Coesão, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1260/1999¹,
- Tendo em conta a sua resolução de 11 de Março de 2009, sobre a política de coesão: investir na economia real ²,
- Tendo em conta o parecer do Comité das Regiões sobre o Sexto Relatório Intercalar da Comissão sobre a Coesão Económica e Social (COTER-IV-027),
- Tendo em conta as previsões económicas para a Europa - Outono 2009 / Economia

¹ JO L 210 de 31.7.2006, p. 25

² Textos aprovados, P6_TA(2009)0124.

Europeia 10/2009 da DG Assuntos económicos e financeiros da Comissão Europeia,

- Tendo em conta o relatório trimestral sobre a zona euro - volume 8, N.º 4 (2009) - DG Assuntos económicos e financeiros da Comissão Europeia,
 - Tendo em conta o artigo 48.º do seu Regimento,
 - Tendo em conta o relatório da Comissão da Política Regional (A7-0000/2010),
- A. Considerando que entre 2000 e 2006, 15,2% dos europeus (69,8 milhões) vivia em regiões do Objectivo 2 e beneficiou de financiamentos no montante total de 22.500 milhões de euros (9,6% da totalidade dos recursos), com a criação "bruta" de 730.000 postos de trabalho e os principais indicadores a registarem elevados resultados (emprego, inovação, investigação e desenvolvimento, integração dos recursos humanos, ensino e formação, aprendizagem ao longo da vida) enquanto que outros indicadores (investimento directo estrangeiro, produtividade) registaram desempenhos inferiores aos das regiões de convergência; relativamente à evolução do PIB *per capita* comparado à média europeia, estas regiões estão mais avançadas (122%) que as regiões de convergência (59%) mas, apesar disso, apresentam um recuo de 4,4% durante esse período,
- B. Considerando que, com a reforma de 2006, o Objectivo 2 passa a dizer respeito ao reforço da competitividade regional e do emprego, num total de 168 regiões em 19 Estados-Membros, isto é, 314 milhões de habitantes, com um financiamento global para o período 2007-2013 de 54.700 milhões de euros (pouco menos de 16% dos fundos totais) e vale a pena assinalar que cerca de 74% desse montante se destina à melhoria do conhecimento e da inovação (33,7%) e a mais e melhores postos de trabalho (40%),
- C. Considerando que, com base nas últimas previsões da Comissão (2009-2011) a situação no mercado de trabalho irá manter-se desfavorável e a taxa de desemprego na UE irá atingir os 10,25% com a perda de 2,25% dos postos de trabalho em 2009 e de 1,25% em 2010; que nos sectores chave das regiões da UE se regista: a) um aumento das novas encomendas e da confiança na melhoria da imagem global da indústria da UE, se bem que com uma produção de 20% inferior aos valores correspondentes do início de 2008, b) continuação da quebra da actividade no sector da construção, c) manutenção da dificuldade de acesso das PME ao microcrédito e ao financiamento,
- D. Salientando o facto de que, de acordo com os relatórios nacionais de estratégia para 2009, os Estados-Membros parecem ter utilizado de formas bastante diferentes os instrumentos, meios e métodos de facilitação da política de coesão propostos pela Comissão para fazer face à crise e para aumentar as despesas reais (por exemplo, recurso ao co-financiamento a 100%, alteração das orientações estratégicas, dos eixos e financiamentos dos programas operacionais, simplificação dos procedimentos de aplicação, etc.),
- E. Salientando que, desde Outubro de 2008, a Comissão propôs uma série de medidas com vista a acelerar a aplicação dos programas da política de coesão 2007-2013, para mobilizar todas as fontes e meios para apoiar de forma directa e eficaz os esforços de recuperação a nível nacional e regional,

- F. Considerando que a estratégia da Comissão para acelerar os investimentos e a simplificação dos programas da política de coesão através de recomendações aos Estados-Membros e de medidas legislativas e não legislativas se baseia em três eixos: a) maior flexibilidade para os programas de coesão, b) reforço da promoção das regiões, c) investimentos inteligentes para os programas de coesão. Registe-se que, para 2010, dos 64.300 milhões de euros destinados ao emprego e à competitividade, 49.400 dizem respeito à coesão (aumento de 2% em relação a 2009) e 14.900 milhões de euros à competitividade (aumento de 7,9% em relação a 2009),
1. Salienta que, no quadro da crise económico-financeira mundial e do actual abrandamento da economia, a política regional da UE é um instrumento primordial que contribui de forma decisiva para o projecto europeu de retoma da economia que fornece um apoio assinalável aos investimentos públicos, incluindo ao nível regional e local;
 2. Assinala que os fundos estruturais são instrumentos robustos, concebidos para ajudar as regiões na sua reestruturação económica e social e na promoção da coesão territorial bem como para a concretização do projecto europeu para a retoma da economia e, em particular, para o desenvolvimento da competitividade apoiando a sua utilização sistemática e eficaz;
 3. Regista, com satisfação os resultados positivos obtidos nas regiões do Objectivo 2 antes da crise económica, na maior parte dos indicadores, isto é, elevado desempenho ao nível do emprego, da inovação, da investigação e desenvolvimento, da integração dos recursos humanos, do ensino e da formação e da aprendizagem ao longo da vida e exorta para que se mantenha a viabilidade destas vantagens comparativas através do reforço dos instrumentos do Objectivo 2;
 4. Apoia vigorosamente as prioridades básicas da estratégia da UE 2020 com a valorização de novas fontes de desenvolvimento, com uma economia digital, a melhoria do quadro regulamentar e o reforço da coesão territorial e a promoção de melhores condições de competitividade, empreendedorismo e inovação para todas as regiões, desenvolvimento das PME e apoio ao seu potencial de desenvolvimento; apela ao reforço destas políticas no quadro do próximo aprofundamento da estratégia UE 2020;
 5. Reconhece o importante problema da limitação da contribuição dos financiamentos nacionais nos programas relativos também ao Objectivo 2 devido aos importantes problemas orçamentais de muitos Estados-Membros e defende a política da Comissão que prevê a possibilidade de "financiamento a 100%" a pedido dos Estados-Membros para a parte da participação públicas nos projectos co-financiados;
 6. Assinala que, num total de 117 programas operacionais financiados pelo BCE, 12 foram reorientados (para a Áustria, a Alemanha, a Hungria, a Irlanda, a Letónia, a Lituânia, os Países Baixos, a Polónia, Portugal o Reino Unido e 2 para Espanha) com vista a fazer face a necessidades concretas decorrentes da crise e convida a Comissão a apoiar os Estados-Membros para que utilizem esta flexibilidade de reorientação dos seus programas operacionais com vista a reforçar, a curto prazo, grupos e categorias específicas que estão em risco;
 7. Lamenta que o Sexto Relatório Intercalar da Comissão sobre a Coesão Económica e

Social não inclua dados qualitativos e quantitativos concretos sobre os efeitos, a curto e longo prazo, da crise económico-financeira para as regiões da UE e, em particular os mais importantes indicadores económicos e sociais; convida, portanto, a Comissão a apresentar um relatório/estudo especial sobre as consequências da crise económico-financeira para as regiões da UE, em particular as do Objectivo 2;

8. Saúda as medidas de apoio às empresas, no quadro da política de coesão (cerca de 55.000 milhões de euros entre 2007 e 2013), dos quais grande parte diz respeito ao apoio à inovação e à modernização das PME e concorda que as medidas de intervenção propostas a favor das empresas devem visar, a prazo, a sua reestruturação e não intervenções de emergência de resgate económico, em muitos casos incompatíveis com as políticas de auxílios estatais;
9. Convida a Comissão e os Estados-Membros a acompanharem em permanência os efeitos da crise sobre diversos sectores estruturais e áreas de desenvolvimento e a utilização das possibilidades oferecidas pelos instrumentos de financiamento destinados ao Objectivo 2, principalmente para o reforço da competitividade e do emprego, dando ênfase ao empreendedorismo e às PME;
10. Saúda a política da Comissão a) de alargamento do período de elegibilidade dos programas operacionais 2000-2006 de modo a permitir a maior absorção possível de todos os meios da política de coesão, b) de simplificação das exigências e procedimentos administrativos e de gestão económica dos programas, assegurando, no entanto, simultaneamente os indispensáveis controlos de eventuais erros ou fraudes;
11. Apoia a política de "pré-financiamento" dos programas da política de coesão 2007-2013 que permitiu imediatamente uma liquidez de 6.250 milhões para 2009 destinada a investimentos no quadro dos programas de financiamento acordados com cada Estado-Membro;
12. Apoia a política que ajuda para os grandes projectos para as regiões (financiamento igual ou superior a 50 milhões de euros) introduzida pela Comissão em 2009, e solicita um aumento suplementar para além dos 25% dos financiamentos concedidos através do JASPERS com vista à preparação e mais rápida execução dos grandes projectos;
13. Defende as alterações propostas às regras de execução que visam aumentar a flexibilidade dos fundos estruturais e adapta-los para que cubram as necessidades decorrentes de condições económicas excepcionais, a aplicação imediata de 455 programas da política de coesão, em particular em relação aos programas do Objectivo 2, tendo igualmente em conta as necessidades de adaptação das instituições e autoridades de gestão nacionais e regionais a esta nova situação;
14. Convida a Comissão a proceder à avaliação do "Small Business Act" um ano após a sua entrada em vigor (Dezembro de 2008), principalmente dos seus resultados em termos de reforço da competitividade e do acesso das PME ao financiamentos e a capitais, de promoção de novas empresas inovadoras, de redução dos encargos administrativos, etc.;
15. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho e à Comissão e aos Estados-Membros.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Introdução

No contexto da crise económico-financeira mundial e do abrandamento económico na Europa, a política regional da UE contribui de forma decisiva para o projecto de recuperação da economia constituindo a maior fonte comunitária de investimento na economia real e prestando um notável apoio aos investimentos públicos, incluindo a nível regional e local. Dado que a UE tem falta de mecanismos eficazes de coordenação económica e de desenvolvimento equilibrado, a política de coesão, através dos fundos estruturais e outros instrumentos, tem um papel primordial.

A política regional não é apenas um meio imediato de "socorro" face às consequências económicas e sociais negativas da crise mas, também, uma política de longo prazo para fazer face a problemas estruturais revelados e criados no auge da crise, em particular no que diz respeito à competitividade e ao emprego nos Estados-Membros do Objectivo 2. O presente relatório baseia-se nas acções para a realização dos dois pilares principais do programa europeu para a recuperação da economia, em particular, no da competitividade, através da utilização sistemática e eficaz das dotações e meios de que dispõe.

A crise económica e "a competitividade regional e o emprego"

O Objectivo 2 foi e continua a ser um dos mais importantes pilares da política de coesão e hoje assume uma particular importância no âmbito da saída da crise, para o aumento da competitividade das regiões europeias e na sua preparação para o desenvolvimento uma vez passada a crise.

No período 2000-2006, o Objectivo 2 que dizia respeito ao apoio à reconversão económica e social das regiões que apresentavam atraso de desenvolvimento, destinava-se a 15,2% da população europeia (havia cerca de 69,8 milhões de habitantes nas regiões do Objectivo 2). Beneficiaram de financiamentos no montante total de 22.500 milhões de euros (9,6% dos recursos totais) e estima-se que tenha resultado na criação bruta de 730.000 postos de trabalho.

Estas regiões podem ser classificadas como a) zonas industriais (8,5%) com taxas de desemprego superiores à média comunitária, com emprego industrial superior à média comunitária e em declínio constante, b) zonas rurais (5,2%) com uma densidade de população inferior a 100 habitantes por quilómetro quadrado, uma taxa de emprego no sector agrícola superior ao dobro da média comunitária, uma taxa de desemprego superior à média comunitária e um declínio constante da população, c) zonas urbanas (1,9%) com uma taxa de desemprego de longa duração superior à média comunitária, um elevado índice de pobreza, uma ambiente social altamente degradado, elevada criminalidade, baixo nível de educação, d) zonas pesqueiras (0,3%), e) zonas mistas (2,1%).

Com a reforma de 2006, o Objectivo 2 passa a dizer respeito ao apoio à competitividade regional e ao emprego, num total de 168 regiões em 19 Estados-Membros (ver anexo I), isto é, 314 milhões de habitantes com um financiamento total de 54.700 milhões de euros para o período 2007-2013 (quase 16% dos fundos totais). É portanto importante aproveitar na íntegra a contribuição do Objectivo 2 para a estratégia global de recuperação das nossas economias

assim como da sua competitividade. É extremamente importante que 73,3% deste montante se destina: a) à melhoria do conhecimento e da inovação (33,7%), b) a mais e melhores postos de trabalho (40%). O montante correspondente para as regiões do Objectivo 1 é sensivelmente inferior, apenas 40%, se bem que, em valor absoluto, exceda largamente devido às necessidades acrescidas destas regiões (ver anexo II).

Com base nos últimos relatórios da Comissão sobre a coesão económica e social, a maior parte dos indicadores nas regiões do Objectivo 2 registavam, antes da crise, elevados desempenhos em domínios tais como o emprego, a inovação, a investigação e desenvolvimento, a integração dos recursos humanos, a educação e a aprendizagem ao longo da vida enquanto que, noutros domínios tais como o aumento do investimento directo estrangeiro e a produtividade, as regiões de convergência apresentavam melhores desempenhos (Ver anexo III).

A título indicativo, antes da crise, entre 2000 e 2006, o PIB *per capita* em relação à média da UE aumentou globalmente de seis unidades ficando as regiões de convergência a 4 pontos percentuais da média da UE, em 59% dos casos ainda mais próximo, mas ainda abaixo do limite mínimo de 75%. As regiões da competitividade e do emprego (Objectivo 2), se bem que estejam mais avançadas que as outras (122%) apresentam, apesar disso, uma baixa de 4,4% durante o período 2000-2006. O elevado aumento da produtividade das regiões de convergência é a principal razão pela qual a diferença do PIB *per capita* baixou de forma significativa. (ver anexo IV).

Desde 2000 a produtividade na indústria e nos serviços apresenta um aumento anual de 2% nas regiões de convergência, o dobro do crescimento registado nas regiões competitividade e emprego do Objectivo 2. Este aumento foi sustentado pelas ajudas à educação, uma maior e mais ampla utilização das TIC e por levados fluxos de investimento directo estrangeiro. Paralelamente, há ainda grandes diferenças ao nível da formação entre regiões. O número de licenciados é praticamente 9% mais elevado nas regiões do objectivo 2 que nas regiões de convergência. Também a contribuição da aprendizagem ao longo da vida se faz esperar de forma significativa nas regiões de convergência, onde a percentagem é metade da das regiões do Objectivo 2.

A crise económico-financeira revela os pontos fracos das regiões da convergência europeia e as desvantagens estruturais, em particular em termos de competitividade e de emprego nas regiões europeias. Com base nas últimas previsões da Comissão (2009-2011), a situação do mercado de trabalho vai permanecer desfavorável e estima-se que a taxa de desemprego na UE suba até aos 10,25% , com a perda de 2,25% dos postos de trabalho em 2009 e de 1,25% em 2010.

A crise e os seus efeitos sobre os sectores chave da economia têm como consequência para o período em curso: a) aumento das novas encomendas e da confiança, melhoria da imagem da indústria da UE que conduzem à estabilização da produção industrial, no entanto sem uma recuperação espectacular, ou seja 20% inferior aos valor correspondente no início de 2008 (ver anexo IV), b) continuação da quebra da actividade no sector da construção, c) continuação das dificuldades de acesso ao microcrédito e ao financiamento das PME.

Os grandes problemas financeiros de muitos Estados-Membros (elevada dívida e défice público) são um factor impeditivo e um obstáculo aos co-financiamentos nacionais dos

programas do Objectivo 2. Lamentavelmente, na fase actual, não faltam dados qualitativos e quantitativos agregados sobre os efeitos a curto e longo prazo da crise económico-financeira sobre as regiões da UE e a formação dos principais indicadores económicos e sociais. A relatora considera que a Comissão deverá apresentar um relatório/estudo especial sobre as consequências da crise económico-financeira para as regiões da UE, em particular as do Objectivo 2, dados os seus efeitos extremamente negativos sobre o emprego e a competitividade.

Contribuição da política regional para a luta contra a crise económico-financeira no quadro do Objectivo 2

A Comissão propôs, desde Outubro de 2008, uma série de medidas com vista a acelerar a aplicação dos programas para a política de coesão 2007-2013, para a mobilização de todas as suas fontes e meios para apoiar de forma directa e eficaz os esforços de retoma a nível nacional e regional. No quadro da política de coesão, cerca de 55.000 milhões de euros (entre 2007 e 2013) destinam-se a apoiar empresas, das quais grande parte diz respeito ao apoio à inovação das PME. Muitas das actividades programadas respondem a necessidades mais imediatas para fazer face à actual situação económica e concentram-se, em particular, nos importantes desafios com que se deparam as empresas na economia real mas as medidas propostas das intervenções a favor das empresas visam a longo prazo e fazer face aos problemas estruturais e não intervenções de emergência de salvação financeira, potencialmente incompatíveis com as políticas relativas aos auxílios estatais.

É extremamente encorajante que nas prioridades básicas da estratégia da UE 2020 seja salientada a necessidade de explorar novas fontes de desenvolvimento que assegurem simultaneamente a coesão social e territorial da UE e a melhoria do quadro regulamentar para o reforço da coesão territorial. É de registar que a coesão territorial dá valor acrescentado à necessidade de competitividade das diferentes regiões e à promoção de melhores condições de empreendedorismo, desenvolvimento das PME e valorização das suas vantagens comparativas.

De forma mais concreta e directa, para 2010, dos 64.300 milhões de euros destinados ao desenvolvimento sustentável, 49.400 milhões de euros dizem respeito à coesão (aumento de 2% em relação a 2009) e 14.900 milhões de euros destinam-se à competitividade (aumento de 7,9% em relação a 2009) (ver anexo V). O objectivo é, entre outros, o reforço da competitividade das PME e a criação de 400.000 postos de trabalho até 2013 (ver anexo VI).

Paralelamente, há que reforçar a estratégia da Comissão para acelerar os investimentos e simplificar os programas da política de coesão através de recomendações aos Estados-Membros e de medidas legislativas e não legislativas. A relatora concorda com a prioridade que há que dar aos três eixos: a) mais flexibilidade para os programas de coesão, b) reforço por todos os meios dos estímulos às regiões e, c) investimentos inteligentes no quadro dos programas de coesão.

Da avaliação inicial com base nos relatórios nacionais de estratégia para 2009 depreende-se que os Estados-Membros utilizaram de formas bastante diferentes os instrumentos, meios e métodos de facilitação da política de convergência proposta pela Comissão para fazer face à crise e aumentar as despesas reais em relação, por exemplo, à utilização dos co-financiamentos a 100%, a resposta às alterações das orientações estratégicas e aos eixos e financiamentos nos

programas operacionais e na resposta à simplificação dos procedimentos de aplicação, etc. A relatora considera que daí se podem tirar conclusões úteis e credíveis. Considera que, se bem que a política regional não seja uma política de emergência mas uma programação a longo prazo, é extremamente importante prosseguir essa orientação estratégica da "flexibilidade" assegurando, no entanto também os indispensáveis controlos para evitar erros e casos de fraude. Por exemplo, a política da Comissão de alargamento do período de elegibilidade dos programas operacionais 2000-2006 ou de simplificação das exigências e procedimentos administrativos e da gestão económica dos programas, parece contribuir de forma decisiva para permitir a maior absorção possível de todos os meios da política de coesão.

Ao mesmo tempo, é necessário assinalar que a política de "pré-financiamento" para os programas da política de coesão 2007-2013 teve um efeito benéfico uma vez que trouxe uma liquidez imediata de 6.250 milhões de euros para investimentos em 2009, no quadro dos envelopes de financiamento acordados com os Estados-Membros. Igualmente, para fazer face ao problema da limitação dos co-financiamentos nacionais nos programas relativos ao Objectivo 2, devido às grandes dificuldades financeiras de muitos Estados-Membros, é necessário apoiar a política da Comissão de "indenização a 100%" após pedido dos Estados-Membros, mesmo que alguns não tenham respondido positivamente a esta possibilidade principalmente com receio de no futuro, não poderem dar resposta a um financiamento a 0% dos restantes projectos a fim de alcançar a indispensável compensação e equilíbrio contabilístico.

A relatora sustenta a política de ajuda para os grandes projectos regionais (financiamento igual ou superior a 50 milhões de euros) introduzido pela Comissão em 2009 e pede um aumento superior a 25% dos financiamentos concedidos pelo instrumento JASPERS com vista à preparação e rápida aplicação dos grandes projectos e para acelerar os pagamentos aos Estados-Membros, em particular no que diz respeito aos programas do Objectivo 2. Será nomeadamente necessário apoiar as alterações propostas das regras de execução que visam reforçar a flexibilidade dos fundos estruturais e a sua adaptação à cobertura das necessidades das situações económicas excepcionais.

Em conclusão, a relatora crê na importância fundamental da política de coesão, na necessidade de a prosseguir e reforçar em todas as regiões. Crê na necessidade de dar uma atenção especial às regiões do Objectivo 2 e aos respectivos programas devido à sua importância para a valorização das vantagens comparativas e das possibilidades das regiões e, de uma forma geral da sua contribuição para o desenvolvimento e o emprego. Crê igualmente na necessidade de mobilização e coordenação de todos os meios e instrumentos para alcançar esse objectivo.

Anexo I

Regional Competitiveness and Employment	Lisbon Earmarking	Non earmarked	TOTAL
	Decided OPs	Decided OPs	
FR	8.090.730.610	2.167.334.886	10.258.065.496
DE	7.736.411.732	1.672.869.936	9.409.281.668
ES	6.098.907.229	2.382.419.048	8.481.326.277
UK	6.193.002.023	785.385.815	6.978.387.838
IT	5.065.123.109	1.259.766.998	6.324.890.107
HU	984.291.129	1.027.938.064	2.012.229.193
NL	1.320.593.128	339.409.609	1.660.002.737
SE	1.407.260.632	218.831.256	1.626.091.888
FI	1.375.965.515	220.000.529	1.595.966.044
BE	1.190.483.947	234.690.665	1.425.174.612
AT	934.061.242	93.250.375	1.027.311.617
PT	663.811.932	276.822.334	940.634.265
IE	600.862.370	149.862.372	750.724.742
GR	310.481.234	327.895.468	638.376.702
CY	314.511.444	297.923.548	612.434.992
DK	457.388.655	52.188.584	509.577.239
SK	343.259.311	111.631.178	454.890.489
CZ	329.286.599	88.636.114	417.922.713
LU	43.923.978	6.563.354	50.487.332
19	43.460.355.819	11.713.420.133	55.173.775.952

Source DG Regional Policy European Commission

Anexo II

Regional Competitiveness and Employment	55.173.775.952	
Guideline : Attractive places to invest and work	10.243.530.661	18,6%
Broadband	338.138.119	0.6%
Culture and social	1.665.052.335	3.0%
Energy	1.818.186.998	3.3%
Environment	3.141.455.583	5.7%
Other Transport	1.906.550.931	3.5%
Rail	688.470.992	1.2%
Road	685.675.704	1.2%
Guideline : Improving knowledge and innovation for growth	18.601.025.961	33,7%
Entrepreneurship	2.771.128.582	5.0%
ICT for citizens and business	1.967.684.202	3.6%
Innovation and RTD	11.383.859.843	20.6%
Other investments in enterprise	2.478.353.334	4.5%
Guideline : More and better jobs	22.077.051.433	40%
Capacity Building	462.938.707	0.8%
Human Capital	8.003.626.074	14.5%
Labour Market	7.967.735.368	14.4%
Social Inclusion	5.642.751.284	10.2%
Guideline : Territorial Dimension	2.566.110.730	
Territorial Dimension	2.566.110.730	

Guideline : TA	1.686.057.166
Technical assistance	1.686.057.166

Source DG Regional Policy European Commission

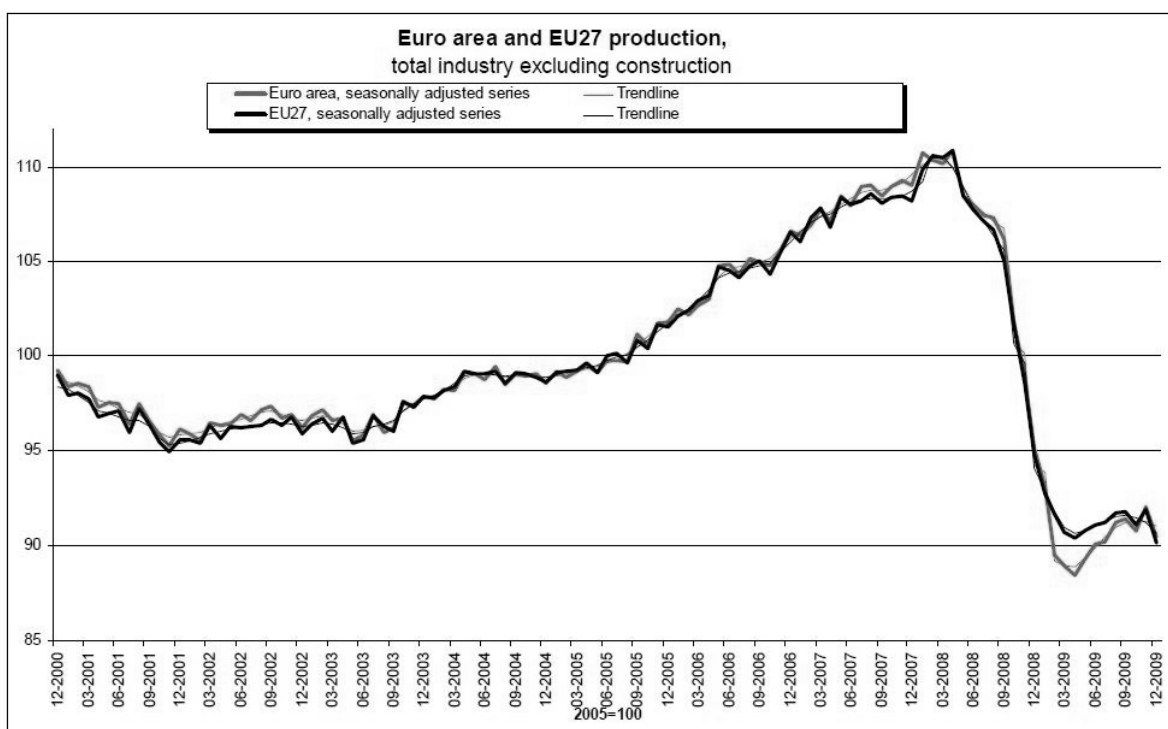
Anexo III

Indicator	Period	Unit	Convergence	Transition	RCE	Remarks
Tertiary education attainment	2007	% of population 25-64	17	25	26	
Tertiary education attainment trend *	2000 - 2007	% point change	4.0	4.9	5.2	
Participation of adults aged 25-64 in education and training	2007	% of population 25-64	5.1	8.1	11.5	<i>excl. FR9</i>
Human capital intensity	2007	index EU27=100	95	92	104	
Human capital intensity trend*	2000 - 2007	index point change	1	6	-1	
Population aged 15-64 born in a non-EU27 country	2007	% of population 15-64	1.9	7.0	8.8	
Population aged 15-64 born in another EU27 Member State	2007	% of population 15-64	0.8	3.3	3.7	<i>excl. FR9 and IE</i>
Population aged 15-64 born in another country	2007	% of population 15-64	2.8	10.3	12.5	
Unemployment rate	2007	% of active population	9.2	8.4	6.1	
Unemployment rate trend	2000 - 2007	% point change	-4.6	-3.0	-0.5	
Arrivals in hotels	2006-07	Arrivals per capita	0.7	1.4	1.4	<i>excl. FR9, IE and SK</i>
Arrivals in hotels trend	2000-01 - 2006-07	% point change	0.16	0.2	0.11	
Core creative class	2006-07	% of population 15-64	5.4	6.9	8.3	
Core creative class trend *	2000-01 - 2006-07	% point change	1.1	0.9	1.0	<i>excl. FR9</i>
Broadband Access**	2008	% of households	32	43	57	
Productivity in industry and services (PPS)	2006	index EU27=100	63	90	113	
Productivity trend in industry and services	2000-2006	Average annual real productivity growth	1.94	1.27	0.94	
Authors of EPO patent applications	2004-2005	Inventors per million inhabitants	30	78	397	
Employment rate	2007	% of population 15-64	59	64	69	
Employment rate trend *	2000 - 2007	% point change	2.9	6.0	3.1	
GDP/head (PPS)	2006	index EU27=100	59	95	122	
GDP/head (PPS) trend	2000 - 2006	index point change	5.4	5.9	-4.4	
New foreign firms per million inhabitants	2005-07	Total new foreign firms per million inhabitants	268	62	225	
Change in new foreign firms per million inhabitants	2001-03 - 2005-07	Total new foreign firms per million inhabitants	118	-34	-18	
R&D expenditure in the business enterprise sector	2006 *	% of GDP	0.36	0.42	1.36	
R&D expenditure in the business enterprise sector trend	2000-2006(est.)	% points of GDP	0.04	0.08	0.01	<i>estimate excl. Région Wallonne, FR9, major parts of UK</i>

* excl. UKM5 & UKM6

** excl. FR9, DE5, DEC, UKD1, UKE1, UKK3, UKM5

Anexo IV



Information provided by Eurostat

Anexo V

Where EU money in 2010 could go

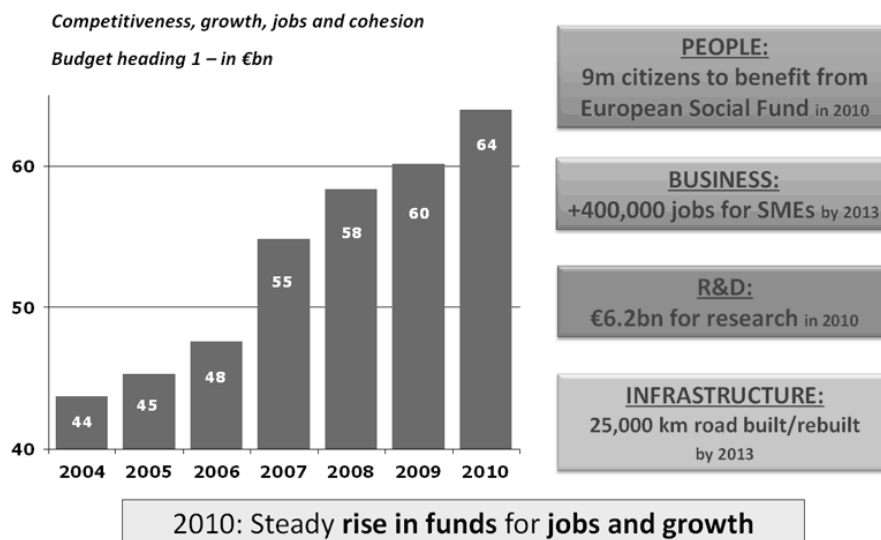
COMMITMENT APPROPRIATIONS BY HEADING	Billion €	% of total budget	% change from 2009*
1. Sustainable growth:	64.3	45.4	+3.3
<i>Competitiveness</i>	14.9	10.5	+7.9
<i>Cohesion</i>	49.4	34.9	+2.0
2. Preservation and management of natural resources:	59.5	42.0	+5.4
<i>Direct payments & market related expenditure</i>	43.8	31.0	+6.4
<i>Rural development, environment, fisheries</i>	15.7	11.0	+2.6
3. Citizenship, freedom, security and justice:	1.7	1.2	+10.5
<i>Freedom, Security and Justice</i>	1.0	0.7	+16.2
<i>Citizenship</i>	0.7	0.5	+2.8
4. The EU as a global player	8.1	5.7	+0.5
5. Administrative expenditure (for all EU institutions):	7.9	5.6	+3.8
<i>of which Commission</i>	3.6	2.5	+2.6
Total commitments	€ 141.5	100.0	+3.6
In % of EU-27 GNI	1.20		

* Excluding the EU Solidarity Fund

Source DG Budget European Commission

Anexo VI

Biggest investments to restore growth and jobs



Source DG Budget European Commission

